

CULTURA, INSTITUCIONALIZAÇÃO E GESTÃO

David Carvalho¹

RESUMO: O presente artigo discute a necessidade e pertinência da institucionalização da gestão cultural. Através de revisão teórica e estudos de caso analisa o papel do Estado na gestão cultural e os entraves burocráticos e ideológicos que o Estado enfrenta na gestão da cultura. Propõe um modelo de gestão participativa e colaborativa onde a constituição de governança e definição clara do papel do gestor são elementos fundamentais para gestão cultural.

PALAVRAS CHAVE: gestão cultural, governança, Estado e institucionalização

INTRODUÇÃO

Não despropositada ou apenas por referência a um dos grandes filósofos da cultura, Nietzsche, foi escolhida a epígrafe acima para este trabalho. Sua escolha se relaciona ao profundo significado, plenamente desafiador, que a mesma apresenta para o desenvolvimento cultural do indivíduo.

Pode-se traçar um paralelo do aforismo de Nietzsche com a inscrição do oráculo de Delfos “Conhece-te a ti mesmo”, uma das bases da filosofia socrática, no sentido que ambas colocam ao homem a responsabilidade e tarefa de se transformar no próprio sujeito de seu mundo.

Nesta mesma linha há a celebrada frase de Georg Simmel que confere a cultura o melhor de seus significados: “Cultura é o caminho do espírito em direção a si mesmo”.

Desenvolvimento cultural tem se apresentado, em discussões teórico-práticas no plano internacional, mas principalmente no plano nacional como responsabilidade do Estado, suscitando questionamentos subjacentes como a existência de direitos culturais e conseqüentemente deveres culturais, e a responsabilidade de garantia dos mesmos, democratização e diversidade cultural.

Desde a criação do Ministério da Cultura no Brasil o debate acerca do tema papel do Estado no desenvolvimento cultural e como isso se dá, vem sendo tema de discussões com pontos de vista dos mais controversos.

Na gestão cultural o que está em jogo aqui não é apenas a transmissão de valores mas

¹ Bacharel em Turismo pela PUCCAMP. Pós graduado em Gestão Cultural pela Universidade de Girona-Espanha. Atualmente é Diretor de Desenvolvimento Turístico da Prefeitura da Estância de Atibaia.

sim da escolha dos valores, essa é a questão: escolhe-se sempre (Picon, 2012). Será o Estado capaz desta tarefa, considerando sua natureza de monopolizador da violência? As Instituições, em especial as públicas, dão conta da compreensão das dinâmicas e da fluidez da cultura em termos de instituir programas e políticas específicos? Ou mais profundamente: quem faz as escolhas e com que critérios?

O objetivo do presente trabalho é analisar se, para sua melhor gestão e desenvolvimento a gestão cultural carece de toda organização estatal-burocrática cristalizada em Instituições públicas, com normas, regras, organogramas, fluxogramas, etc, ou se a gestão da cultura pode prescindir dos modelos organizacionais clássicos utilizados para gestão em outras áreas, com especial atenção a gestão pública.

ESTADO E CULTURA: UM A BREVE DISCUSSÃO

Vários autores tratam da questão do desenvolvimento por diversos processos críticos: Capra pela óptica do modelo cartesiano, Marx pela acumulação de capital e da luta de classes, e Sachs pela dominação da natureza, porém poucos abordam a questão sob o prisma da cultura com tanta lucidez quanto Michel Maffesoli.

Ao falar sobre os valores pós modernos Maffesoli (2010) apresenta um quadro no qual o retorno da tribo, a importância do nomadismo, a realidade do cotidiano, a indiferença diante da política, a ênfase no presente o predomínio do hedonismo, indicam a falência do controle estatal e ressaltam o cerne da questão: é inútil querer remendar as ideologias elaboradas nos séculos XVIII e XIX com as quais fomos irradiados. Ou como coloca Rorty (2009) vivemos a era onde somos todos materialistas e utilitaristas do senso comum

A intervenção estatal nas questões culturais na França, analisadas de forma simplista, primaram em sua gênese e desenvolvimento tendo o Estado como possuidor de um papel excepcional como facilitador da difusão cultural e recusador da ascendência da economia de mercado, conforme aponta Poirrier (2012).

Entretanto, já em meados dos anos 1970 os discursos começam a caminhar em direção ao reconhecimento das ações das indústrias culturais perante as ações do Estado.

A ampliação da discussão se dá com a introdução de temas como diversidade cultural, democratização e exceção cultural, temas que dentro de um quadro de fortes interesses, por vezes conflitantes, constrói um cenário mais próximo de dúvidas e auto questionamento do que da constituição de uma política cultural de cunho estatal exclusivo.

A atuação do Estado se apresenta mais distante no modelo alemão que, embora destine uma quantidade considerável de marcos às políticas culturais, por outro lado

empreende grandes esforços de pouco ou nada intervir no uso/destinação destes recursos. Um modelo complexo e que merece um olhar e uma análise mais próximos.

Considerando os dois exemplos citados se pode observar que Cultura e Estado são entidades que costumam ter relações conflitantes, não só no Brasil.

Nesse contexto algumas questões se colocam: É o Estado possuidor do conhecimento das coisas, dos objetivos que deve procurar atingir e da disposição para atingi-los dentro do campo da cultura?

No Brasil, a visão geral que impera sobre gestão da cultura ainda é a do Estado como provedor, único responsável pelo fomento e desenvolvimento da cultura, um Estado colapsado e dirigido em grande parte por interesses político-partidários.

Cabe observar que no tocante a institucionalização da cultura no Brasil, o órgão maior nessa questão, o Ministério da Cultura, foi parido em um cenário de descrédito e negação com o contra argumento de qual seria a real necessidade de tal Ministério em um país onde muitos passam fome. Épocas onde cultura e desenvolvimento eram pouco relacionados na análise da maioria.

Após a criação do Ministério, Furtado (2012) aponta como orientação básica de trabalho da pasta a descentralização, repassando tarefas e atribuições aos órgãos estaduais e municipais. É incrível observar que quase 30 anos depois, atualmente, o discurso continua sendo o mesmo. Programas são criados e discursos executados com as premissas: “precisamos levar a cultura para o interior” como se as comunidades que vivem há gerações e adquiriram e aperfeiçoaram modos de ser e de viver fossem seres totalmente desprovidos de cultura.

Discurso este que vem reforçado com o peso de um esforço, transforma do em slogan e cunhado de trabalho “missionário” se esquecendo do significado do termo e de sua total negatividade em relação a gestão cultural, impondo conceitos, idéias e programas na melhor maneira *top down* disfarçados por um discurso em tom *blasé*, tão característico dos missionários salvadores da cultura.

Não se questiona que em um país cartorial como o nosso, como faz questão de frisar constantemente Teixeira Coelho, onde se faz o que o governo quer e não o que a sociedade precisa e parece ter preguiça de lutar por, a criação do Ministério ao menos trouxe a tona o debate sobre questões culturais e o ensejo bastante tímido da necessidade da criação de políticas culturais. Infelizmente as discussões ainda giram em torno da criação de editais e incentivos fiscais, denunciando o assistencialismo estatal no âmbito cultural.

Absolutamente nada contra os editais e incentivos fiscais tão necessários, mas daí a

tratá-los como política cultural é no mínimo temeroso.

O Estado intervencionista nas questões culturais não é apenas indesejado como extremamente perigoso, em função dos riscos claros de se colocar a cultura a serviço do Estado ou da ideologia do Estado, situação em que os criadores culturais teriam sua liberdade de criação cerceada.

Além disso, acarreta um direcionamento e manipulação das ações culturais em prol da ideologia dominante e o que se pretende dela, ou seja, um estado de coisas onde o cidadão, enquanto indivíduo permanece em total posição de mero expectador, ausente e privado de qualquer protagonismo.

Entretanto convém ressaltar que nada do que foi dito é novo e já se apresentou como ideologia de regimes políticos, que como quase toda ideologia, se apresentou completamente contrária aos instintos humanos. As ideologias são pensadas, proclamadas e raramente vividas, portanto a tarefa da vanguarda de pensadores é de quebrar ideologias como bem nos lembra Teixeira Coelho, tarefa que infelizmente os grandes templos do saber, as universidades, têm abandonado e por vezes repudiado.

O Estado, como garantidor e provedor cultural, a luz da Constituição brasileira, constitui-se numa verdadeira falácia estatal, que não apenas frustra o brasileiro como onera o Estado em uma função que não tem condições de assegurar tão pouco de exercer. É uma grande ilusão acreditar que o Estado sozinho, em processo de falência possa apenas pela estrutura jurídica existente, garantir acesso a vida e a produção e a criação cultural.

Além do que, conforme observa Damatta (2012), no Brasil a grande maioria dos gestores públicos deturpam totalmente a função que deveriam empenhar, acabam por considerar que: não é o papel que ocupa a pessoa, mas é a pessoa quem domina, apropria-se e, mais das vezes, avilta o papel.

A liberdade de criação artística ou cultural como a liberdade de desenvolvimento da personalidade do ser humano, é também direito e dever que deve ser assegurado por uma formação de qualidade, não aquela que se aprende na escola, ou ao menos no modelo educacional vigente, tendo sempre em vista que a educação é fim e a escola é meio.

Ainda se deve considerar que ao relacionar atuação do Estado, democracia e diversidade os governos, ainda que democráticos, tendem a favorecer a manutenção das coisas ao invés de construir o novo. Em relação a produção cultural acaba, muitas vezes, por impor o consenso da maioria (Olivieri, 2004).

A criação de ambientes propícios a criatividade, é na verdade tarefa fundamental do Estado, tarefa esta que está interligada a todos os aspectos de uma gestão pública, onde a

questão cultural é, ou deveria ser, central a todos os processos de tomada de decisão.

Há de se considerar, e esse é um dos grandes desafios à gestão cultural, o extremamente tênue limiar do momento onde o Estado cria as condições para que a cultura aconteça e quando o desenvolvimento do acontecimento se desdobra em desenvolvimento cultural empreendido pelo indivíduo.

Mais uma vez é ressaltado o significado da epígrafe deste trabalho e de suas analogias relacionadas.

CULTURA COMO INSTITUIÇÃO

A ideia da institucionalização da cultura, no tocante a sua gestão, vem sendo defendida com unhas e dentes pelos reacionários do setor cultural com a argumentação, em parte justificada, de que a cultura, por falta de respaldo legal e institucional, sempre é desconsiderada em detrimento de outros setores considerados mais importantes.

Paradoxalmente são, em grande parte, os mesmos reacionários que tratam a cultura como afirmou Teixeira Coelho “a cereja do bolo” que tanto contribui para tornar a cultura como algo para poucos, intangível e incompreensível para o homem comum.

Para pensar a questão há a necessidade de considerar a atuação das instituições, dentro de um Estado que definha, frente a um imenso poder do mercado versus a natureza diferenciadora da cultura que é sua subjetividade.

Mercado que trabalha de forma objetiva, moldando uma esfera que trata justamente da questão do desejo: o inconsciente, trabalhado da forma que Foucault apontava como moldagem das almas para se adaptar as barras, ou além disso, reinventar desejos e necessidades com o reforço de uma visão de mundo onde o ter se sobrepõe ao ser.

Dentro desse aspecto, não há como desconsiderar que a configuração de hábitos culturais acabe se tornando cada vez mais condicionada pelo mercado que coloca etiqueta de preço em tudo e em todos e que subverteu as velhas estruturas de valor. Institucionalizar a cultura não a protegeria dessa influência do mercado, apenas tornaria mais fácil e dócil sua cooptação.

Se as instituições podem ser consideradas como meio de regulação e controle do homem que reduz as formas a aceitar um poder normalizador, cultura por sua vez, trata do fluido, do leve e do subjetivo e dever ser encarada dessa forma no tocante a sua gestão.

Considerando-se cultura como algo que está sempre em transformação, e que tem como base o diálogo e a troca, que dentro do campo da subjetividade pode, embora não tenha nisso um dever, induzir a transformações do indivíduo e sociedade, as instituições, dado seu

caráter unificador e contrário as mudanças, muito provavelmente, poderão domesticar a cultura e colocá-la a serviço de um grupo social ou a serviço único e exclusivo do Estado.

Nas palavras de Mafessoli (2012) o que era gênese, juventude vivaz e espontânea, enrijece-se em instituição e é aí onde está o perigo.

Os exemplos históricos não estão tão distantes em evidenciar os perigos da utilização da cultura como instrumento de manipulação do Estado nacionalista, vide o nazismo e o fascismo, regimes defensores fervorosos de que tudo gira em torno e a favor do Estado, ou tudo ao Estado, para o Estado, no Estado, como dizia o famoso jurista latino Mussolini.

Pegue-se o exemplo da educação. Considerada uma instituição vital, indispensável ao ser humano, a ela se apregoaram sistemas, leis, foram estabelecidos parâmetros e diretrizes que resultaram em modelos educacionais inverossímeis, incapazes de darem contas das demandas de aprendizado das crianças de hoje.

Conforme apontado por Teixeira (2011) os paradigmas da cultura se abrem, os da educação se restringem, colocando ação e propósito de suas respectivas políticas em rota de colisão.

Mas nem sempre foi assim. Pode-se observar, com certa dificuldade em estabelecer a sua profundidade, que há uma relação entre empobrecimento da educação atual e solidificação da instituição educação.

O modelo engessado, monodirecionado, a lógica do utilitarismo, do consumismo e de um mundo carregado de imagens e informações ajudaram a moldar esse modelo. É preciso observar muito de perto o que está acontecendo com a educação para que o mesmo não aconteça com a cultura.

Sobre a formação na área de gestão cultural oferecida pela educação formal, uma educação engessada e por isso hermética, se pode observar que há um reducionismo de visão e atuação sobre o tema, transformando os cursos em capacitação para lidar com os programas e editais de incentivo governamentais, corroborando o que observou Coelho (2008), ou seja, que a sociedade existe para o Estado. Perdeu-se há tempos a noção que educação é o fim e escola apenas o meio.

Essa visão ou a falta dela é reflexo de um dos principais problemas na gestão cultural e muito provavelmente no molde usado para produção de conhecimento, ao menos dentro das ciências sociais e humanas, no modelo de pensamento cartesiano: a divisão do todo em partes, ou disciplinas não mais consegue dar conta de explicar a complexidade de um organismo ou de uma realidade, conforme coloca Capra (1982). Essa abordagem tem especial validade quando lidamos com cultura, gestão e institucionalização.

Dividir toda complexidade em partes “identificáveis” e cada qual com seu programa específico é o que tem feito a esfera governamental, contribuindo significativamente para que cada vez mais cada envolvido cuide apenas do seu, do seu próprio, do seu que lhe é supostamente específico (Teixeira, 2008). A abordagem transdisciplinar, tão necessária ao manejo da cultura, ainda se coloca, na maioria dos casos, no plano do discurso apenas.

Tal ocorrência é extremamente comum nas reuniões de dirigentes de cultura, onde o que se vê é um grande mercado de peixe, com cada um querendo abocanhar uma fatia maior de verba pública. Infelizmente são poucos exemplos de gestores trabalhando em conjunto, gerando arranjos produtivos de cultura regionais integradores ou redes de cultura, onde o intercâmbio de produção e idéias seja realmente estimulado.

As instituições já tiveram sua importância e seu papel dentro do desenvolvimento da civilização, no entanto, cabe ao homem de hoje superar esta etapa e repensar modelos de organização.

O pensamento de institucionalizar a cultura é por si só retrógrado. Conforme apontou Camus a sociedade não é só de pessoas, mas também de instituições, transpor a necessidade de instituições, em especial as públicas é desafio a gestão cultural.

Cultura, assim como a educação, depende de interiorização de conceitos, de construção de espírito crítico, da apreensão da informação dada transformada em conhecimento.

Mais uma vez, ganha destaque como mola propulsora que tira do comodismo o indivíduo domesticado, a arte.

Como no filme de Bergman, O Sétimo Selo, que apresenta como cenário um mundo assolado pela peste, contaminado pelo fervor religioso e pela sensação de um apocalipse eminente, um sopro de vida, um renascer se apresenta, vindo para a surpresa de alguns, talvez muitos, da arte.

Jean Dubuffet escreveu um fervoroso e nada inocente ensaio intitulado “Asfixiante cultura” onde coloca todos os perigos e armadilhas da institucionalização da cultura, ressaltando que no campo da cultura em específico é nocivo tudo o que tende para a hierarquização, para a seleção e para a concentração pois incorre no erro de esterilizar o vasto terreno fértil cultural.

Dubuffet ainda propõe que se criem institutos de desculturação, algo semelhante ao que proferiu Roland Barthes em sua aula inaugural como professor do Collège de France de forma esplêndida:

“Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama pesquisar. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de desaprender; de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos”

A experiência do desaprender é nesse campo um bom ponto de partida para se pensar algo realmente legítimo e factível para a gestão cultural. Infelizmente a maior parte dos gestores da cultura e os acadêmicos estão em direção ao caminho contrário, em relação aos gestores públicos até é compreensível, acostumados historicamente a ser a área preterida e sem verba brigam agora para ter seus ministérios, secretários e pompas. Mas da academia era de esperar um vanguardismo ao invés do reacionarismo visto.

A questão contra a institucionalização é a de não fazer mais do mesmo, tão pouco readaptar velhas ideias e conceitos, é de lutar por novos caminhos e modelos é também conforme aponta Foucault que o problema não é mudar a “consciência” das pessoas, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.

E aqui tratamos de uma questão extremamente delicada que é a quebra de paradigmas, onde o difícil não é a adoção de ideias novas mas sim o abandono das ideias e do jeito de fazer atípicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da gestão cultural pública feita pelas e através de instituições é que quando analisamos o trabalho desenvolvido, a luz da dinâmica cultural, seja de uma cidade, estado ou país é que elas possuem uma cultura organizacional conflitante como os preceitos do desenvolvimento cultural pleno, para dizer o mínimo.

A burocracia administrativa baseada em procedimentos licitatórios com critérios de menor preço, prazos mínimos, previsão de custos, opõe-se rigorosamente ao campo da cultura.

O debate não pode caminhar de forma dicotômica colocando a cultura como elemento de identificação e prestígio nacional razão de apoio público incondicional e único que privilegia a cultura como forma de “domesticação”, tão pouco a cultura encarada apenas como negócio submetido as regras de mercado que buscam a destruição da arte crítica quando esta não está em conformidade com os interesses financeiros.

Nesse sentido a cultura não deve ceder a nenhum dos lados e seu desenvolvimento deve caminhar sempre em direção ao que apregoam os aforismos colocados no início deste trabalho.

Um grande perigo que se observa no desenvolvimento livre da cultura, sem Instituições ou normatizações, é a domesticação, observado por Teixeira como o processo de subordinação da cultura a objetivos imediatos e utilitaristas, objetivos úteis e de bom-senso apregoadas pelas políticas públicas e nos dizeres de Maffessoli (2009), políticas do bom sentimento. E onde Foucault observou que as instituições modernas são o local onde se dá essa “domesticação”.

E como não considerar o que aponta Maffessoli (2009), *“que o imaginário nos ensina é que, na maioria das vezes, somos pensados, somos agidos por um inconsciente coletivo que estamos longe de controlar”*. Ou nas palavras de Fernando Pessoa: *“Sou o intervalo entre o meu desejo e aquilo que os desejos dos outros fizeram de mim...”*

Para evitar o dirigismo, seja ela do capital, do Estado ou de grupos específicos, a construção de uma governança é um aspecto muito interessante à gestão pública e, em especial, a da cultura. Uma governança sólida, não centralizadora, onde os atores sociais empreendem papéis com semelhante papel de decisão é talvez o modelo que melhor se adapte a gestão da cultura e se constitua como principal tarefa do gestor público. O funcionamento da governança utilizando redes de desenvolvimento, descentralizadas e que proporcionam interações de indivíduo para/com indivíduo aparentam ser um modelo que se adapta bem as peculiaridades da gestão da cultura.

É salutar afirmar que o governo instituído raramente vê com bons olhos a constituição de uma governança participativa, seja através de conselhos municipais ou de qualquer forma da sociedade civil organizada. É campo onde luta, insistência e determinação se fazem necessários para conquista de espaços.

Atuar como um facilitador, um *social hub*, que vai unindo os pontos dentro da complexidade e diversidade social formando uma intrincada rede participativa é o grande desafio aos que se dedicam a gestão de políticas públicas culturais.

A abordagem da cultura não tem como ser pensada sem uma visão sistêmica que contemple as diversas variáveis envolvidas.

Uma abordagem que consiga contemplar, de forma não maniqueísta, os diversos conflitos que surgem entre passado e o presente, a conservação ou a criação, a reforma ou a tradição, a renovação ou a permanência, conservador ou liberal, desenvolvimento e desregulamentação ou regulamentação e legislação, instituições ou não instituições, instituições públicas ou organizações independentes e da sociedade civil e, principalmente, entre impulso ou freio (Barba, 2009).

Teixeira (2004) apresenta um interessante exemplo de gestão cultural, onde as

especificidades da dinâmica cultural são mais reconhecidas, na Inglaterra, onde os centros de cultura são praticamente arrendados pelo poder público a particulares que cumprem certas exigências socioculturais e desta forma o desenvolvimento cultural se dá em condições mais livres e adequadas.

A gestão da cultura pelas Instituições públicas no modelo brasileiro se configura como a antítese do que propõem as citações de Nietzsche, Sócrates e Simmel no início deste trabalho, ou seja, ao invés de incentivar o homem ao seu livre desenvolvimento impõem um verdadeiro fechar-se sobre si mesmo. O deixar fazer, deixar viver e deixar ser, objetivos de uma verdadeira política cultural são objetivos tão distantes do Estado que soa no mínimo utópico uma gestão da cultura pelas instituições estatais. No entanto, como observa Martinell as organizações culturais, nos seus diversos formatos de atuação e gestão, são em sua maioria dependentes dos setores públicos ou privados através de leis de incentivo, patrocínio, mecenato e muito pouco é obtido individualmente, do usuário dos serviços culturais.

Retirando do Estado a função de fomentador principal da cultura a responsabilidade cai automaticamente no indivíduo e nas coletividades e comunidades, campo ainda muito tímido em um Brasil que ainda está inventando sua democracia e lutando para se livrar das garras do Estado militarista, onde a ordem geral era a manutenção da ignorância pelo entretenimento gratuito e banal.

Ou seja, o desenvolvimento cultural do indivíduo é campo de muita batalha que depende sim da revisão drástica de todo o modelo educacional e também de gestão pública, o horizonte não parece ser otimista em nenhum desses dois sentidos. Entretanto não é solução se entregar a uma visão niilista de desencanto do mundo.

A liberdade de autodeterminação é uma benção e também uma maldição, mas justamente aí é que está o desafio a gestão cultural.

Para tanto é necessário o uso da imaginação, realizada como criatividade para que a situação de dependência institucional da gestão cultural transcenda o modelo atual e se converta em algo realmente inovador e compatível com as idiossincrasias e paradoxos comuns a cultura.

Conforme afirmou Descartes muito tempo atrás “o verdadeiro e o feito podem ser convertidos um no outro”, ou seja, só podemos conhecer com certeza aquilo que nós mesmos construímos ou criamos.

Referências Bibliográficas

- BARBA, Alfonso Hernández. Dilemas para os gestores culturais – uma proposta formativa com cinco eixos. In: LIA, Calabre (Org) **Políticas Culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.
- BARTHES, R. **A Aula**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. São Paulo: Zahar, 2012.
- CAMUS, A. **O Homem Revoltado**. São Paulo: Record, 2008.
- CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- COELHO, Teixeira. Nem tudo é cultura. **In: A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.
- COELHO, Teixeira. Por uma cultura em tudo leiga. **In: A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.
- COELHO, Teixeira. “Cultura é a regra; Arte, a excessão. **In: A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.
- DAMATTA, R. O Brasil de todos nós. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 de abril de 2012. Caderno2. p. D14.
- DUBUFFET, J. Asfixiante cultura. In: **Cultura e Estado**. Teixeira Coelho (org.). São Paulo: Iluminuras, 2012.
- FOUCAULT, M. **A Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.
- MAFFESOLI, M. **A república dos bons sentimentos**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.
- MAFFESOLI, M. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2011.
- OLIVIERI, C. G. **Cultura Neoliberal. Leis de incentivo como política pública de cultura**. São Paulo: Escritura Editora, 2004.
- PICON, G. Cultura e Estado. In: **Cultura e Estado**. Teixeira Coelho (org.). São Paulo: Iluminuras, 2012.
- RORTY, Richard. **Filosofia como política Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Studio Nobel, 1982.